

Jornal dos



Criadores

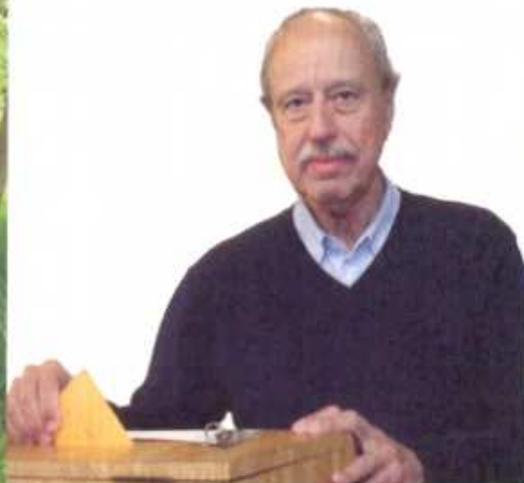
ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES - ANO XII - Nº 70 - SETEMBRO 2010



Quando integrar pasto com árvores é uma vantagem

É o que demonstram vários estudos sobre os sistemas silvipastoris. Um deles mostra que o ganho de peso de vacas leiteiras é maior na época de seca.

Págs. 6 e 7



ABC elege seus dirigentes

Luis Alberto Moreira Ferreira foi reeleito presidente para o triênio 2010-2013. Confira os demais membros da Diretoria Executiva e dos conselhos Deliberativo e Fiscal.

Pág. 11

Um contraponto às estimativas alarmistas

Pesquisa medirá, com maior precisão, o nível de emissão de gás metano pelos bovinos. **Pág. 5**



A hora do futuro

As eleições de 3 de outubro se aproximam, e com isso ganham relevância as iniciativas que visam assegurar ao agronegócio um lugar de merecido reconhecimento no próximo mandato presidencial. Esse esforço se justifica. Afinal, os números do ano de 2009 apontam que o agronegócio brasileiro foi responsável por 42% das nossas exportações, por 24% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e já há muito tempo abriga um terço dos empregos do País. Além disso, o Brasil hoje é o primeiro no mundo em produção e exportação de açúcar, café e suca de laranja, e ocupa o segundo lugar no ranking de produção global de álcool, complexo soja e carne bovina. Assim, temos pela frente duas ordens de desafio: uma, é assegurar as conquistas já alcançadas nos últimos governos; outra, é que sejam ampliadas as condições para que o agronegócio brasileiro possa utilizar todo o seu potencial de crescimento.

Duas de nossas principais entidades do agronegócio estão atentas e mobilizadas diante do processo eleitoral em curso, fazendo assim por merecerem o apoio e o reconhecimento da ABC. Já destacamos na edição anterior do Jornal dos Criadores, e voltamos a fazê-lo nesta, os esforços da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) em elaborar propostas e levá-las aos principais candidatos à presidência da República de modo que se comprometam com a realização de políticas condizentes com a importância da agropecuária na economia do País e na sociedade brasileira.

Em seu documento a CNA apresenta dez temas, destacando quatro deles como mais cruciais por afetarem significativamente a nossa agropecuária: insegurança

jurídica; política agrícola; infraestrutura e logística; e meio ambiente. Os demais temas se referem a relações do trabalho; tributação; inovação tecnológica; negociações internacionais; educação; e pobreza rural. (Veja mais informações na página 10).

Já a Abag estruturou seu documento aos presidentiáveis em torno de seis pontos: garantia de renda ao produtor rural; infraestrutura e logística; comércio exterior; pesquisa, desenvolvimento e inovação; defesa agropecuária; e institucionalidade. (Veja reportagem na página 9)

O foco nesses pontos está relacionado a um conjunto de metas proposta pela entidade para serem atingidas até o ano de 2020, como aumentar a produção de grãos (em 37%), carnes (38%) e cana de açúcar (78%). Em termos de incremento às exportações, a Abag considera factível elevar as remessas de soja e milho (mais 46%), carnes (71%), etanol (223%) e papel e celulose (25%). Mesmo que construídas por caminhos distintos e obviamente respeitarem a natureza particular de cada entidade, as propostas da CNA e da Abag têm em comum o fato de serem representativas do pensamento e dos anseios do produtor rural brasileiro do século 21. Assim sendo, há um fato de suma importância a se destacar: independentemente do que dizem os candidatos durante a campanha eleitoral, teremos de exigir daquele que vier a ser eleito que efetivamente oculte e leve adiante as propostas apresentadas por essas entidades.

Luis Alberto Moreira Ferreira
Presidente



Associação Brasileira de Criadores
Av. José César de Oliveira, 181 - 11.º andar
Vila Leopoldina
05317-000 São Paulo, SP, Brasil
Fone: (11) 3832-9369 Fax: (11) 3831-2731
abc@abccriadores.com.br
www.abccriadores.com.br

A Associação Brasileira de Criadores, fundada em 20 de dezembro de 1926 com o nome de Associação Paulista de Criadores de Bovinos, é reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Decreto Estadual n.º 33.811, de 20 de outubro de 1958. Registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob n.º 35, como jurisdição nacional.

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE Luis Alberto Moreira Ferreira

1º VICE-PRESIDENTE José Ricardo Skowronski Rezende

2º VICE-PRESIDENTE José Roberto Ferreira Martins

1º SECRETÁRIO Ney Soares Piegas

2º SECRETÁRIO Paulo Afonseca de Barros Faria Jr

1º TESOUREIRO Luiz Francisco Pavan Silveira

2º TESOUREIRO Francisco Márcio da Costa Carvalho

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE Carlos Eduardo Moreira Ferreira

VICE-PRESIDENTE José Luiz de Paula Eduardo

CONSELHEIROS NATOS Guilherme Monteiro Junqueira, José Cassiano Gomes dos Reis Junior, Luis Alberto Moreira Ferreira

CONSELHEIROS EFETIVOS Roberto Rodrigues, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Silvio Maria Crespi, Joaquim Alcântara M. D'Oliveira, José Luiz de Paula Eduardo, Eduardo Dias Roxo Nobre, Márcio Pereira Lima, Carlos Roberto Moreira Ferreira

CONSELHEIROS SUPLENTEs Eduardo Nunes Gusso, Alain Charles Edouard Moreau, Isabel Sampaio Moreira Piegas

CONSELHO FISCAL

TITULARES Eugenio Salgueiro Gomes, Miria Aparecida Bouchardet, César Augusto Canto

SUPLENTE Newton Ferreira da Silva

acadêmica

O jornal dos Criadores é editado pela **Acadêmica Agência de Comunicação**

Rua Engenheiro José Sá Rocha 61,

São Paulo, SP | (11) 5081-5237

Edição José Roberto Ferreira

Reportagem Angela Truboid, Elton Allison e Evanildo da Silveira

Projeto gráfico e editoração A.C. Prado

Método identifica animais que ganham mais peso com menos alimento

Criadores de gado nelore poderão ganhar uma nova ferramenta para tornar seus rebanhos mais eficientes na transformação dos alimentos em carne e, conseqüentemente, reduzir seus custos de produção. A zootecnista Renata Helena Branco, do Centro de Pesquisa em Pecuária de Corte do Instituto de Zootecnia, ligado à Secretaria estadual de Agricultura e Abastecimento, em Sertãozinho, no interior de São Paulo, testou um método pouco utilizado no Brasil, chamado Consumo Alimentar Residual (CAR), para mensurar a eficiência alimentar de 121 novilhos da raça.

Renata explica que o CAR é a diferença entre o consumo real de alimento de um animal e o estimado, isto é, o que ele deveria apresentar baseado em seu peso vivo médio ou no seu ganho de peso. Se um animal consome mais do que deveria para o ganho de peso que apresenta, é considerado pouco eficiente. Já se o animal tem um consumo menor do que o predito, este é considerado mais eficiente. "O CAR identifica animais mais eficientes e de menor consumo, podendo ser usado como critério para o melhoramento de um plantel", explica. "Isso pode gerar uma economia relevante para o pecuarista, pois de 70 a 90% dos custos de produção estão relacionados à alimentação."

Segundo Renata, o CAR foi desenvolvido nos Estados Unidos no início da década de 1960, mas só começou a ser aplicado no começo dos anos 2000 em pesquisas realizadas na Austrália e no Canadá. "O Consumo Alimentar Residual está relacionado ao que é necessário para o animal se manter, independentemente do seu crescimento, tamanho ou apetite", explica Renata. "Ele é uma medida alternativa da eficiência alimentar, geneticamente independente do nível de produção e do tamanho corporal." Por

isso, é aplicado em gado de corte, para o qual o crescimento é usado como uma medida de produção, assim como o leite é utilizado como parâmetro em bovinos leiteiros.

No caso da pesquisa que desenvolveu, Renata explica que seu objetivo foi avaliar o consumo alimentar residual de bovinos da raça nelore, submetidos ao melhoramento genético para ganho de peso. "Também se buscou observar a influência da seleção para ganho de peso pós-desmame sobre o consumo, o próprio ganho de peso e principalmente a eficiência dos animais pesquisados durante as fases de crescimento e terminação", diz. "Além disso, procuramos examinar as relações entre CAR, desempenho, exigências nutricionais, características de composição corporal e qualidade da carne."

Pesquisa foi realizada com tourinhos confinados em baias individuais

Para isso, a pesquisa foi realizada com os tourinhos confinados em baias individuais, durante dois anos consecutivos. Esse procedimento foi fundamental para avaliar a quantidade de alimento fornecido e as sobras, de forma diária e contínua. "Os animais utilizados no experimento de eficiência alimentar nasceram nos anos de 2006 e 2007 e começaram a ser estudados com idade inicial de

sete meses", conta Renata. "Eles ficaram nas baias individuais, onde permaneceram até os 378 dias de idade. Do total do período experimental, os primeiros 56 dias foram para adaptação e os outros 112 para coletas de dados."

Os resultados mostraram que há variações individuais quanto à eficiência alimentar em nelores, com uma diferença de consumo de 1,590 kg de matéria seca entre animais mais e menos eficientes. Em outras palavras, o novilho menos eficiente consumiu diariamente cerca de 1,6 quilo de matéria seca a mais do que o de melhor desempenho. "Se levamos esse resultado para uma escala maior, em um rebanho, por exemplo, o impacto no custo de produção será enorme", diz Renata.

A equipe liderada por ela pretende agora continuar as pesquisas para verificar se há diferença no comportamento de ingestão de alimentos, na precocidade sexual, assim como na qualidade da carcaça e da carne entre os animais. Além disso, o CAR foi incluído como critério de seleção de um dos rebanhos nelore do Centro de Pesquisa em Pecuária, do IZ, o que significa que, em alguns anos, estarão disponíveis para comercialização filhos de reprodutores mais eficientes. O que é importante para o melhoramento da raça nelore, que representa 80% dos cerca de 210 milhões de cabeças do rebanho bovino brasileiro. ■



Pesquisa: diferença de consumo entre animais chegou a 1,590 kg de matéria seca.

18º CONGRESSO MUNDIAL DA CARNE

Buenos Aires

De 26 a 29/09/2010

Predio Ferial La Rural

de Buenos Aires



SIAL – SALÃO INTERNACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

PARIS – FRANÇA
17 a 21 DE OUTUBRO

Um dos maiores eventos de alimentação do mundo

5.500 expositores, sendo 78% estrangeiros
150.000 visitantes, sendo 58% estrangeiros

A ABC - Associação Brasileira de Criadores está colocando à disposição de todos o pacote de viagem à França, para participação nesse importante evento internacional.

Roteiro

- 16/10 – São Paulo/Paris
- 17/10 – Paris: chegada e dia livre
- 18/10 a 20/10 – visita ao SIAL
- 21/10 – Paris/São Paulo

O que inclui

- Passagem aérea São Paulo/Paris/São Paulo - classe econômica
- 5 noites de hospedagem, traslados e seguro.

HOTEIS	Duplo	Single
Le Six Hotel ☆☆☆☆	€ 2.215,00	€ 3.195,00
Princesse Caroline ☆☆☆	€ 1.892,00	€ 2.470,00

Preços por pessoa Tarifas aéreas e reservas sujeitas a alterações.

RESERVAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Tarifas e reservas sujeitas a confirmação
- Desconto especial para sócios da ABC
- Consulte condições de pagamento

INFORMAÇÕES E RESERVAS



Tec Tour Viagens e Turismo Ltda.

Av. José Cesar de Oliveira, 181 – 10º andar – cj 1006

Fone: 11 3641-5566 – Fax 11 3831-8002

e-mail: abtr@abtr.com.br



ABC – Associação Brasileira de Criadores

Av. José Cesar de Oliveira, 181 – 11º andar

Fone: 11 3832-9369 – Fax 11 3831-2731

e-mail: abc@abccriadores.com.br

Medição precisa, para se contrapor às estimativas alarmistas

A preocupação com o papel da pecuária no agravamento do aquecimento global tem levado vários pesquisadores brasileiros a estudar a emissão de metano pelos bovinos. Na última edição do *Jornal dos Criadores*, foi apresentada uma pesquisa que está avaliando a emissão de metano em diferentes sistemas de produção, em propriedades do Mato Grosso. Agora, uma nova pesquisa está em fase de conclusão na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Coordenado pelo engenheiro agrônomo e mestre em Zootecnia, Carlos Augusto de Alencar Fontes, o trabalho tem como principal objetivo medir com precisão as emissões dos animais, de forma individual.

Para isso, estão sendo estudados 42 bovinos mantidos com capim Mombaca, (*Panicum maximum*), uma espécie de gramínea que forma touceiras que podem atingir mais de 1,5 m de altura. "Metade deles recebeu ainda suplemento concentrado", explica o pesquisador da UENF. "Um aspecto que estamos avaliando é a possível redução na emissão de metano proporcionada por essa suplementação alimentar. Além disso, vamos comparar a emissão de metano de animais que utilizam o alimento com maior eficiência em relação aos menos eficientes."

Segundo Fontes, trata-se de um trabalho pioneiro no estado do Rio de Janeiro, no qual é utilizada uma técnica desenvolvida nos Estados Unidos, introduzida no Brasil pelo pesquisador Odo Primavesi, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), hoje aposentado. "Ele estimou, em 2004, que o rebanho bovino brasileiro libera anualmente na atmosfera 9,4 milhões de toneladas de metano, o que corresponderia a 92,1% de todo o metano gerado pelas atividades agrícolas do país", conta Fontes.

A referida técnica é a do gás traçador hexafluoreto de enxofre (SF₆). Por meio dela, uma cápsula que libera quantidades diárias conhecidas desse gás é introduzida no rúmen (ou pança, que é a parte anterior do estômago) do animal. "Simultaneamente, um tubo com pres-



Técnica possibilita coletar amostras dos gases espirados pelo animal

Suplementação alimentar pode ter potencial para reduzir as emissões de metano pelos animais

são atmosférica interna negativa, coleta amostras dos gases espirados pela boca e nariz do animal - entre eles o metano (CH₄) e o SF₆", explica Fontes. "Os gases coletados por um período de tempo preestabelecido (no caso 24 horas) são armazenados em um depósito de PVC sob vácuo. Com base nas quantidades de SF₆ e CH₄ nas amostras coletadas e na taxa de liberação ruminal de SF₆, é estimada a emissão ruminal de metano." Os resultados obtidos ainda não foram tabulados.

De qualquer forma, Fontes espera que o trabalho, que conta com a participação de Alexandre Berndt, do Instituto de Zootecnia de Nova Odessa, ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e Rosa Friggetto, da Embrapa Meio Ambiente, com sede em Jaguariúna (SP), sirva para determinar com mais precisão o papel das emissões bovinas de metano no aquecimento global do planeta. "Embora esse gás também seja liberado para a atmosfera por fontes naturais, como vulcões e pântanos, e por

outras atividades humanas, como culturas de arroz, aterros sanitários e lixões a céu aberto, a produção de metano pelos bovinos ganha relevância na discussão sobre a pecuária brasileira e sobre a inserção de seus produtos no mercado internacional", diz.

Por isso, Fontes diz que a pesquisa que coordena pretende medir a emissão de metano em bovinos criados em pastagens tropicais, pois as informações disponíveis a respeito são muito limitadas. "É necessário que se conheça com mais exatidão o nível real de emissão para se contrapor às estimativas alarmistas, que procuram colocar a produção nacional de bovinos como vilão do efeito estufa, muitas vezes, com objetivo de reduzir a aceitação da carne brasileira em mercados externos", explica.

Para Fontes, também é importante conhecer em condições de pastejo, o potencial que a suplementação alimentar tem para reduzir as emissões de metano dos animais uma vez que traz modificações favoráveis nos processos de fermentação ruminal, eleva o ganho de peso e diminui a idade de abate dos animais, reduzindo a emissão de metano por quilo de carne produzida. "Além disso, também se deve levar em conta um ponto que não vem sendo considerado pelos críticos da pecuária bovina, que é a fixação de dióxido de carbono (CO₂) pelas forrageiras das pastagens em que os animais são criados", diz. "A retirada do CO₂ do ar por essas plantas contribui para a redução do efeito estufa." ■

Sistema silvipastoril: mais eficiência na criação de vacas leiteiras

Integrar numa mesma área árvores, pastagem e gado pode ser uma boa alternativa para a pecuária brasileira, nesta época em que o desmatamento e a degradação de diferentes ecossistemas são uma preocupação constante. Além de ajudar a reduzir esses problemas, os chamados sistemas silvipastoris têm vantagens em relação às monoculturas no que diz respeito ao sequestro de carbono para a redução do efeito estufa. Por isso, há quem defenda que essa é uma boa maneira para tornar as criações nacionais mais competitivas. Um exemplo é o agrônomo Domingos Sávio Campos Paciullo, pesquisador da Embrapa Gado de Leite, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, localizada em Juiz de Fora (MG).

De acordo com ele, as pesquisas nessa

área começaram na década de 1990, com a engenheira agrônoma Margarida Mesquita de Carvalho, então da mesma unidade da Embrapa e hoje aposentada. "No início, se estudou aspectos sobre o estabelecimento do sistema, considerando os componentes pasto e árvores", conta Paciullo. "Nos anos subsequentes, foram desenvolvidos experimentos para verificar o efeito do sombreamento sobre o crescimento do pasto em condições artificiais (sombrite) e naturais (sombreamento por árvores)."

Mais tarde, no início dos anos 2000, passou-se a verificar os efeitos das árvores na amenização ambiental, especialmente pelo efeito do sombreamento no conforto térmico dos animais em pastejo. "Também se passou a avaliar aspectos nutricionais, como

a composição química da forragem, a digestibilidade e o consumo de matéria seca pelos animais", diz Paciullo. "A partir de 2003 e até 2007, os estudos focaram no ganho de peso de novilhas leiteiras criadas em sistemas silvipastoris. Também se verificou os efeitos sobre a fertilidade do solo."

Hoje já se tem uma base consistente de conhecimentos sobre os sistemas silvipastoris, que deixam claro suas vantagens e qualidades. O próprio Paciullo publicou em 2007 um artigo cujo título, *Sistemas silvipastoris para a produção de leite: seis vantagens*, deixa claro do que trata. Segundo ele, os resultados que apresenta são oriundos de várias pesquisas realizadas da década de 1990 para cá. As seis vantagens a que se refere o pesquisador são relativas ao solo; à produção, valor nutritivo e consumo das forragens; ao conforto e à produção animal.

VANTAGENS DO SISTEMA Segundo Paciullo, os estudos mostraram que os sistemas silvipastoris melhoram a fertilidade do solo. Isso porque as espécies arbóreas, principalmente as da família das leguminosas, influenciam na quantidade e na disponibilidade de nitrogênio na terra, a partir da fixação biológica desse elemento. Além disso, há aumento nos teores de cálcio, magnésio, fósforo e potássio no solo sob a copa de árvores. Também se constatou que a modificação do micro-clima contribui para a elevação da umidade embaixo das árvores, que também desempenham um papel importante no controle da erosão.

Em relação ao crescimento das forrageiras, Paciullo diz que pode ser tanto



Sombra e biomassa das árvores aumentam a disponibilidade de nitrogênio.



Mais conforto térmico para os animais

prejudicado como favorecido, dependendo da tolerância à sombra, do grau de sombreamento e da competição entre as plantas por água e nutrientes. O *Panicum maximum* foi uma das gramíneas que se mostraram mais tolerantes à sombra, atingindo, a 30% de sombreamento, 120% da produção obtida a pleno sol. "A *Brachiaria decumbens*, por sua vez, é menos tolerante", diz. "Essa forrageira teve sua produção

diminuída com 65% de sombreamento. Entretanto, mostrou aumentos de 65% da produção de forragem, com 35% de sombra."

De acordo com o pesquisador, esses resultados sugerem que o uso de árvores, de maneira que promova apenas sombreamento moderado das forrageiras, pode contribuir significativamente para a sustentabilidade des-

sas pastagens. Além do mais, existe um certo consenso de que sistemas silvipastoris podem reduzir a sazonalidade da produção de forragens. A maior retenção de umidade pode prolongar o período de crescimento das gramíneas. Isso possibilita ao animal escolher mais de uma espécie forrageira na sua alimentação.

Quanto ao valor nutritivo das forragens, as pesquisas mostraram que em pastagens de *Brachiaria decumbens* sombreadas, os teores de proteína bruta foram influenciados pela luminosidade, sendo 29% maiores na sombra do que no sol. Também se constatou uma tendência de redução dos teores de fibra (FDN) e aumento da digestibilidade. Os índices de FDN foram de 76% em áreas ensolaradas e 73% sob as copas das árvores. No caso do efeito do sombreamento na digestibilidade, ele é variável conforme a espécie, o grau de sombra e as condições climáticas (temperatura e umidade). Em uma pastagem de *Brachiaria decumbens* estudada, foi observado que durante a estação seca o capim apresentava valores de digestibilidade mais elevados na sombra do que os obtidos ao sol (53% e 48%, respectivamente). ■

Na seca, ganho de peso de novilhas leiteiras foi maior no sistema silvipastoril

Em alguns aspectos, o efeito do sombreamento é discutível. É caso do consumo de forragens pelos animais. Não foram observadas diferenças no consumo das novilhas leiteiras mantidas em sistema silvipastoril ou em pastagem exclusiva de *Brachiaria decumbens* na estação chuvosa. Uma pesquisa específica, no entanto, avaliou o consumo e a composição da dieta de vacas mestiças holandês/zebu em sistema silvipastoril. "O estudo foi realizado em pastagem sombreadas de *Brachiaria decumbens* consorciada com *Stylosanthes guianensis*", explica Paciullo. "O maior consumo da gramínea foi observado em novembro, período em que a *B. decumbens* participou de 91% da dieta total. Entretanto, o maior consumo de matéria seca (gramínea mais leguminosas) ocorreu em maio: 1,9% do peso vivo."

Os vários estudos constataram que o sistema silvipastoril constitui um método eficiente para criação de vacas especializadas na produção de leite, fornecendo um ambiente de conforto térmico. A procura dos animais por ambientes ao abrigo do sol, durante o verão, mostra a necessidade da provisão de sombra. No inverno, vacas mestiças, em lactação, permaneceram 43% do tempo da pastagem embaixo das árvores. No verão este percentual subiu para 69%.

Ainda são escassos os resultados sobre desempenho de bovinos em sistemas silvipastoris, mas em novilhas leiteiras observou-se que, na época das chuvas, o ganho de peso no sistema silvipastoril e na monocultura

de gramíneas foi semelhante (486 g/dia). Entretanto, durante o período seco, o ganho de peso variou com o tipo de pastagem, sendo maior no sistema silvipastoril com estilósantes (326 g/dia), em relação ao observado na braquiária sem sombreamento (226 g/dia).

RECOMENDAÇÕES Diante desses resultados, Paciullo concluiu que o uso de sistemas silvipastoris baseado em pastagens consorciadas de gramíneas e leguminosas, surge como opção interessante para a produção de leite. A sombra e a biomassa das árvores têm potencial para aumentar a disponibilidade de nitrogênio para as forrageiras, promovendo reflexos positivos não só para a produção como também para o valor nutritivo da forragem. A temperatura ambiente reduzida pelas árvores contribui para melhorar o conforto dos animais na pastagem. As evidências recolhidas desde que se iniciaram estudos regulares sobre os sistemas silvipastoris indicam que a sua boa produtividade depende do cultivo de forrageiras. Estas devem apresentar tolerância ao sombreamento. A densidade de árvores deve permitir apenas sombreamento moderado da pastagem. A presença de leguminosas herbáceas pode contribuir para a fixação de nitrogênio e melhoria do valor nutritivo da dieta dos animais, principalmente durante o período seco do ano. No entanto, esses benefícios são alcançados somente quando se tem um bom planejamento do sistema, assim como um manejo adequado de seus diferentes componentes.

Abag apresenta sua proposta para os presidenciais

No dia 9 de agosto, a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) realizou o 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness (CBA). Na ocasião, a entidade apresentou, na íntegra, o documento encaminhado aos candidatos à Presidência da República com as propostas do setor para o futuro governo.

O documento, intitulado "Agronegócio – Desenvolvimento e Sustentabilidade – Plano de Ação 2011/2014/2020", foi fechado no início de julho em São Paulo, durante encontro que reuniu mais de 50 entidades do setor no Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) da Fiesp, coordenado pelo ex-ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Roberto Rodrigues.

"A partir de um conjunto ambicioso de metas para 2020, o trabalho está centrado no tema atual mais candente: sustentabilidade, com ênfase para a participação do agronegócio brasileiro na mitigação do aquecimento global", enfatizou Roberto Rodrigues em um artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*. Segundo ele, compatibilizar a crescente demanda global por produtos de origem agrícola com a preservação dos recursos naturais foi o grande desafio das instituições comprometidas com o documento.

"Metas ambiciosas, sim, mas factíveis:



Roberto Rodrigues:
"Metas ambiciosas,
sim, mas factíveis"

Os seis pilares do plano

- **Garantia de renda ao produtor rural:** aqui entram a modernização do crédito rural (com estímulos a práticas conservacionistas e de baixo carbono); a ampliação do seguro rural (com a regulamentação do Fundo de Catástrofe); a solução definitiva das dívidas oriundas dos planos de estabilização; a garantia de preços mínimos corretos; a desoneração da cesta básica; a substituição de insumos importados (simplificando o registro de novas moléculas) e o desenvolvimento do programa de comunicação, imagem e valorização do agronegócio.
- **Infra-estrutura e logística:** neste pilar, defende-se a priorização de obras do PAC, ferroviárias, rodoviárias, hidroviárias, portos e redes de armazenagem, compatíveis com as demandas da produção agrícola.
- **Comércio exterior:** busca-se desenvolver sistemas para avaliação de barreiras técnicas, com metodologia de certificação compatível à realidade brasileira; fortalecimento da CAMEX; conclusão da Rodada de Doha e das Negociações MERCOSUL; revisão dos marcos normativos do MERCOSUL relativos ao agronegócio; cumprimento das decisões do órgão de solução de controvérsias da OMC, entre outros.
- **Pesquisa, desenvolvimento e inovação:** investir 2% do VBP (Valor Bruto da Produção) da agropecuária em PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação), criação de EPEs (empresas de propósito específico), incentivo a novos registros e patentes, mais agroenergia e transferência de tecnologia a países pobres.
- **Defesa agropecuária:** erradicação da aftosa, reequipamento dos laboratórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), padronização dos procedimentos nos sistemas de inspeção federal, estadual e municipal, revisão dos riscos toxicológicos, certificação, suspensão de importação de insumos proibidos e registro de produtos. No caso da erradicação da febre aftosa, intensificar os trabalhos nos estados das regiões nordeste e norte, enquanto que, para a Bolívia, Paraguai e Venezuela, dar apoio técnico e financeiro em campanhas.
- **Institucionalidade:** esse pilar é essencial; temos muitos órgãos de governo exercendo poder em temas ligados ao agro, sem coordenação. Não adianta ter uma boa política agrícola se não houver uma estratégia articulada no governo federal, sob a liderança do Mapa, que permita o desenvolvimento equilibrado do agronegócio, com respeito às leis, à propriedade e aos contratos, com modernização das legislações do setor, dentro de um alinhamento indispensável ao progresso socioeconômico-ambiental.

crescer, até 2020, 37% na produção de grãos, 38% na de carnes, 78% em cana de açúcar, 37% em papel e celulose; e, ornamentando nossas exportações: mais 46% em soja e milho, mais 71% nas carnes, mais 223% em etanol e mais 25% em papel e celulose." Para atingi-las, o plano prevê várias

ações, estruturadas em seis pilares: garantia de renda ao produtor rural, infraestrutura e logística, comércio exterior, pesquisa, desenvolvimento e inovação, defesa agropecuária e institucionalidade. Veja acima os detalhes do plano, segundo Roberto Rodrigues. ▀

Documento da CNA reúne propostas da agropecuária ao próximo governo

Insegurança jurídica; a construção de um novo modelo de política agrícola; deficiências nas áreas de infra-estrutura, logística e meio ambiente são os principais problemas que afetam atualmente a agropecuária brasileira. O mapeamento da atual situação nesses quatro setores e as propostas do setor rural para superar os entraves estão presentes no documento "O que esperamos do próximo Presidente 2011-2014 – A agropecuária brasileira pede passagem", que foi entregue aos candidatos ao Palácio do Planalto pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O material norteou o encontro com candidatos promovido em primeiro de julho, na sede da entidade, em Brasília, em que apenas o candidato pelo PSDB, José Serra, compareceu. Já a candidata pelo PV, Marina Silva, informou que não poderia comparecer por não ter recebido as perguntas antecipadamente – o que, segundo a CNA, não tinha sido acertado com as assessorias dos presidentiáveis. Por sua vez, a candidata pelo PT, Dilma Rousseff, alegou problemas de agenda para não participar do encontro.

Com 66 páginas, o documento é dividido em 13 capítulos. O primeiro deles é a "Carta Aberta aos Candidatos à Presidência da República", da presidente da CNA, senadora Kátia Abreu. "A real questão agrária – social, política e econômica – está no abandono das populações rurais pelo Estado brasileiro", afirma a senadora. O texto destaca que o documento básico é "um sumário dos seminários e livre de quaisquer laivos partidários ou ideológicos", em referência a uma série de cinco grandes encontros regionais de produtores rurais realizados no primeiro semestre deste ano, nos quais foram colhidos os anseios e reivindicações do campo. A síntese de todos esses pensamentos foi construída em um grande seminário realizado em São Paulo em 24 e 25 de março.

O documento cita que "a infra-estrutura logística brasileira é um dos principais entraves para o escoamento da produção agropecuária, reduzindo a competitividade dos produtos nacionais no mercado inter-

Entidade observa que Brasil já é campeão mundial em preservação ambiental

nacional" e mostra que a alta dependência do transporte rodoviário – 61% – para o escoamento da produção é uma das barreiras a esse segmento. Uma das propostas do setor rural é reforçar a estrutura ferroviária e de transporte fluvial e marítimo, modalidades que oferecem custos mais baixos e geram menos poluição.

O capítulo sobre insegurança jurídica observa que "em todos os países, o desenvolvimento econômico e os níveis de investimentos produtivos estão diretamente relacionados com o grau de segurança jurídica que é oferecido" e que no Brasil falta essa segurança. A CNA destaca que as invasões de propriedades rurais continuam ocorrendo, transgredindo direitos constitucionais.

A entidade ressalta, também, a necessidade de criação de um novo modelo de política agrícola para o campo, pois o sistema atual não atende toda a demanda de recursos e deixa o produtor exposto a riscos que poderiam ser minimizados pela adoção de mecanismos de proteção. Divergências contratuais, controvérsias com os financiadores públicos e privados da produção e questionamentos sobre a

atuação dos órgãos governamentais na regulação de preços são os problemas mais frequentes dos produtores rurais.

As exigências ambientais também geram insegurança e problemas ao setor rural. A exigência de reserva legal em áreas desmatadas antes da vigência da lei e de suas modificações é um dos exemplos relatados. A equipe técnica da CNA destaca que, pela impossibilidade do cumprimento das exigências da legislação ambiental, a partir de junho de 2011, cerca de 90% dos produtores rurais do País estará à margem da lei, devido ao vencimento da prorrogação do prazo para recomposição da reserva legal, conforme previsto no Decreto 6.514, de 2008.

A CNA mostra que o Brasil já é campeão em preservação. De um total de 851 milhões de hectares, cerca de 56%, ou 477 milhões de hectares, têm vegetação original. De acordo com dados do Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área total da agropecuária é de 329,9 milhões de hectares, dos quais sobram apenas 219 milhões de hectares para a produção quando descontadas as parcelas de matas e florestas, espelhos d'água e outros usos.

Além de apresentar uma análise profunda sobre os quatro temas de maior relevância para o setor agropecuário, há também capítulos sobre as demais questões que afetam o campo: relações do trabalho; tributação; inovação tecnológica; negociações internacionais; educação e pobreza rural. ■

Kátia Abreu entregou a José Serra as propostas da CNA para o campo.





O relatório apresentado por Rebelo foi aprovado na Comissão Especial da Câmara.

de 80% para as florestas da Amazônia Legal, 35% para o cerrado e 20% para as demais áreas campestres. Mas ficarão desobrigadas a fazer a recomposição florestal ou a compensação ambiental de reserva legal cujas áreas já tenham sido consolidadas para a produção.

As propriedades com áreas acima de quatro módulos fiscais também terão direito à isenção até os limites estabelecidos pela nova lei para os biomas. Entretanto, serão obrigadas a regularizar a reserva legal sobre a área excedente.

Já os proprietários de áreas desma-

ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE Outra alteração indicada para o novo Código Florestal Brasileiro é a diminuição da área de proteção em margens de rios, a denominada Área de Preservação Permanente (APP), dos atuais 30 metros para 15 metros. Estarão dispensadas dessa faixa de proteção, que hoje varia de 30 a 100 metros, as acumulações de água, como açudes, lagoas e represas com área inferior a um hectare.

Para regularizar essas áreas, além das reservas legais e das áreas de uso restrito, como as várzeas e inclinações entre 25° e 45°, a nova lei preceitua a que a União, os Estados e os Muni-

Novo Código Florestal fica para depois da eleição

Após debates acalorados, foi aprovada no último dia 6 de julho a proposta do novo Código Florestal Brasileiro pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar a reforma da legislação ambiental. O relatório final, de autoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), recebeu 13 votos favoráveis e cinco contrários.

O texto seguirá agora para votação pelo plenário da Câmara, onde deve ser analisado após o segundo turno das eleições gerais deste ano, marcado para ocorrer no dia 31 de outubro. Se for aprovado pelos deputados, o relatório será encaminhado para aprovação no Senado e precisa ser sancionado pelo presidente da República para entrar em vigor.

Entre as principais alterações no Código Florestal Brasileiro sugeridas no relatório de Aldo Rebelo estão a moratória de cinco anos para novos desmatamentos e a anistia para áreas desmatadas até 22 de julho de 2008. Porém, a moratória só é válida para florestas nativas e não se aplica a outras formas de vegetação, como o cerrado, o pampa e a caatinga.

Com relação à reserva legal, o relatório propõe que as propriedades com até quatro módulos – as chamadas pequenas propriedades – devem preservar a vegetação remanescente dos biomas nos limites previstos, que são

Texto deverá ser analisado após o segundo turno das eleições gerais deste ano

tadas acima dos limites estabelecidos pelo novo Código também não serão obrigados a recompô-las, nem punidos, já que obedeceram à legislação vigente na época. Assim, um proprietário de uma área na Amazônia Legal que desmatou antes de 2000, na época em que o limite da reserva legal era de 50%, não será obrigado a se adequar ao índice atual para o bioma previsto pela nova lei, que é de 80%. Quem também desmatou área de cerrado antes de 1989 ficará desobrigado a cumprir a regra atual.

No relatório, também foi estabelecido um prazo máximo para recomposição das áreas já desmatadas de 20 anos e que elas possam ser recuperadas com espécies não nativas (chamadas de exóticas) misturadas com nativas, na proporção de 50%. A lei atual prevê um prazo de 30 anos, mas Rebelo ressaltou que os cinco anos de moratória previstos no novo Código se somarão aos 20 anos do novo prazo para recomposição, totalizando 25 anos, que na avaliação dele, é um tempo razoável.

cípios deverão elaborar, no prazo de cinco anos, Programas de Regularização Ambiental (PRA). O mecanismo permitirá, por meio de estudos técnicos, a indicação das condições para a consolidação de áreas que deverão ser recuperadas.

O texto também estabelece que até a implementação do PRA fica assegurada a manutenção das atividades agropecuárias consolidadas em áreas de preservação permanente, reserva legal e áreas de uso restrito. Mas isto somente será possível se a supressão da vegetação tiver ocorrido antes de 22 de julho de 2008, além de se forem adotadas práticas conservacionistas do solo e dos recursos hídricos e se o imóvel for registrado no cadastro ambiental.

O relator Aldo Rebelo afirmou que as mudanças propostas para o Código Florestal Brasileiro tiveram os objetivos de consolidar as áreas já ocupadas pelas atividades agropastoris e tirar da ilegalidade mais de 90% dos agricultores brasileiros que não conseguiam se adaptar às exigências da lei atual. ■

ABC elege seus dirigentes

Em assembléia geral ordinária ocorrida no dia 14 de junho foi realizada a apuração dos votos da eleição para a diretoria executiva, conselho deliberativo e conselho fiscal da ABC para o triênio 2010-2013. A votação pode ser feita via correio ou pessoalmente, na urna instalada na sede da entidade.

Luis Alberto Moreira Ferreira foi reeleito presidente, tendo como vices José Ricardo Rezende e José Roberto Ferreira Martins. Como secretários os escolhidos foram Ney Soares Piegas e Paulo Affonseca de Barros Faria Jr, respectivamente. E como tesoureiros, Luiz Francisco Pavan Silveira e Francisco Márcio da Costa Carvalho.

Foram apurados 75 votos para a chapa "ABC Sempre Viva", sendo que apenas um foi nulo.

Para Luis Alberto Moreira Ferreira a

nova gestão possibilitará reativar diversas atividades feitas pela ABC que tiveram que ser interrompidas por falta de recursos. "Na gestão anterior, durante três anos, ficamos sem uma fonte de recurso importante, que era o aluguel de um prédio da ABC. Agora, com a venda de um imóvel, conseguiremos restabelecer as atividades interrompidas", contou.

Ele se refere à representação da ABC em comissões do setor; à realização de eventos, como palestras e seminários, e à retomada do *Jornal dos Criadores*, que voltou a circular em junho último. "Estamos pensando também em organizar um sistema de certificação independente, como forma de contemplar os pecuaristas que investem em rebanhos de qualidade tanto do ponto de vista genético como no manejo e no trato dos animais", informou Luis Alberto.

O 1º vice-presidente José Ricardo Skowronek Rezende e o 1º tesoureiro Luiz Francisco Pavan Silveira apontaram que haverá um esforço para captar novos sócios, inclusive de pessoas jurídicas e jovens pecuaristas, como forma de ampliar a representatividade da ABC e de promover uma renovação em seu quadro associativo. A nova diretoria discute também a possibilidade de a ABC se articular com diversas associações de criadores de raças específicas, como forma de dar mais peso às reivindicações do setor.

Para o 2º vice-presidente José Roberto Ferreira Martins, que é criador de gado de corte no Mato Grosso do Sul, a ideia é agrupar os criadores, e nada mais natural que seja na ABC, uma vez que a entidade é uma das mais antigas do setor. "Vamos procurar fazer da ABC a 'casa do criador'", disse. ■



Apuração dos votos da eleição que reconduziu Luis Alberto Moreira Ferreira à presidência da diretoria da ABC

Confira todos os eleitos

Diretoria executiva

Presidente Luis Alberto Moreira Ferreira
1º vice José Ricardo Skowronek Rezende
2º vice José Roberto Ferreira Martins
1º secretário Ney Soares Piegas
2º secretário Paulo Affonseca de Barros Faria Jr.
1º tesoureiro Luiz Francisco Pavan Silveira
2º tesoureiro Francisco Márcio da Costa Carvalho.

Conselho deliberativo

Presidente
 Carlos Eduardo Moreira Ferreira
Vice-presidente
 José Luiz de Paula Eduardo
Efetivos
 Roberto Rodrigues
 Carlos Eduardo Moreira Ferreira
 Silvio Maria Crespi
 Joaquim Alcântara M. D'Oliveira
 José Luiz de Paula Eduardo
 Eduardo Dias Roxo Nobre
 Márcio Pereira Lima
 Carlos Roberto Moreira Ferreira
Suplentes
 Eduardo Nunes Gusso
 Alain Charles Edouard Moreau
 Isabel Sampaio Moreira Piegas

Conselho fiscal

Titulares
 Eugenio Salgueiro Gomes
 Maria Aparecida Bouchardet
 César Augusto Canto

Suplente
 Newton Ferreira da Silva

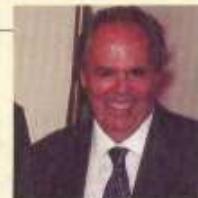
26/05

O presidente da ABC, Luis Alberto Moreira Ferreira, enviou ofício ao médico veterinário Francisco Sérgio Ferreira Jardim parabenizando-o pela posse no cargo de secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



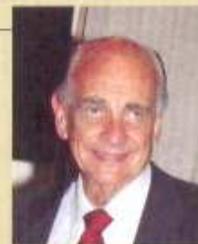
15 e 16/06

O vice-presidente da ABC, Ney Soares Piegas, visitou a FEICORTE – 16ª Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Carne. A Feira, realizada em São Paulo, recebeu cerca de 25 mil pessoas entre os dias 15 e 19 de junho. Contou com mais de 4 mil animais de 20 raças, entre bovinos, caprinos e ovinos, e 120 eventos paralelos, entre reuniões, seminários, workshops, conferências, palestras e cursos, além de julgamentos e leilões de várias raças bovinas.



16/06

O presidente da ABC apresentou condolências à família de Nelson Luiz Baeta Neves, ex-presidente do Conselho Deliberativo da ABC, que faleceu no último dia 9 de junho. Luis Alberto esteve presente no enterro e na missa de 7º dia de Baeta Neves.



16/06

Luis Alberto Moreira Ferreira assistiu a palestras dos franceses Jean-Luc Margot-Duclot (Diretor da ARD – Agência Regional da Região da Grande Paris); Adeline Vancauwelaert (Diretora do SIAL – Feira Internacional da Alimentação de Paris) e Martine Degrémont (Diretora do SIMA – Feira Internacional do Setor Agrícola). O evento, cujo tema foi "Paris – Capital Mundial da Agroindústria", teve como objetivo obter apoio para a organização do SIAL 2011, feira agro-alimentar que será em Paris, de 17 a 21 de outubro próximo.

16/06

José Ricardo Skowronek Rezende, vice-presidente da ABC, participou do painel "Aftosa – futuro do programa de erradicação" promovido pelo Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC) durante a FEICORTE. Na ocasião, autoridades sanitárias e representantes de entidades de classe discutiram os requisitos e as estratégias referentes às próximas etapas do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (NEFA). No contexto atual, a erradicação continental mostra progressos na maioria do território sul-americano, porém, ainda existem áreas de inseguranças. O painel teve como mediador o presidente do CNPC e membro do Grupo Inter Americano para Erradicação da Febre Aftosa (GIEFA), Sebastião Costa Guedes. Foi uma excelente oportunidade para as entidades se informarem dos próximos passos e quais investimentos serão prioritários para atingir o status de livre sem vacinação. Após o evento, José Ricardo Rezende disse estar otimista com os avanços no controle da aftosa e com a melhor coordenação dos esforços federais, estaduais e municipais no âmbito da defesa sanitária.



17/06

Luis Alberto Moreira Ferreira também visitou a FEICORTE e manteve contato com representantes de diversos segmentos da cadeia produtiva:

- Andréa Verissimo, vice-presidente financeira do Serviço de Informação da Carne (SIC)
- Miguel da Rocha Cavalcanti, diretor de marketing e coordenador do site BeefPoint
- Antonio Russo, do Frigorífico Independência
- João Gilberto Bento, da superintendência de Marketing e Comercial da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ)
- Ezequiel Rodrigues do Vale, da Embrapa Gado de Corte
- Maristela Teixeira Franco, editora da seção Alimentação da Revista DB



26/06

O presidente da ABC enviou ofício ao engenheiro agrônomo Arlei Arnaldo Madeira, da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEAESP), agradecendo o convite para a cerimônia que homenageou os destaques da agricultura e da agronomia em 2009. Luis Alberto também parabenizou os homenageados, que foram endossados pela Diretoria da ABC. Ivan Wedekin ganhou o prêmio "Deusa Ceres" como engenheiro agrônomo do ano. Os demais foram agraciados com medalhas: Bernardo Van Rajj (pesquisa), Francisco Eduardo Bernal Simões (extensão rural), Valdermar Antonio Demétrio (ensino), Henrique Mazotini (iniciativa privada) e Enéas Salati (destaque "Ação Ambiental").